



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades, o Ministério da Justiça e o Serviço Federal de Processamento de Dados, para implementação do Sistema de Restrição Judicial – RENAJUD (Processo SEI CNJ n. 02519/2015).

O **Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**, CNPJ nº 06.017.798/0001-60, com sede na Av. Princesa Isabel, n.º 201, Tambiá, João Pessoa/PB, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO**, portador da cédula de identidade nº 534.140 SSP/PB, e do CPF nº 338.438.304-44, no uso das suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o **Ministério das Cidades**, o **Ministério da Justiça** e o **Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)**, para implementação do Sistema de Restrição Judicial - RENAJUD, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas, termos aditivos e regulamento.

O **CNJ** providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União, com encaminhamento de cópia aos demais partícipes.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ nº 67/2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Desembargador **JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO**

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FUX, PRESIDENTE**, em 15/10/2021, às 14:26, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOAS DE BRITO PEREIRA FILHO, Usuário Externo**, em 19/10/2021, às 14:28, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.do.cnj) informando o código verificador



1178417 e o código CRC **7C3C360E**.

02519/2015

1178417v3